

**HABEAS CORPUS Nº 542.489 - SP (2019/0323221-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SAULO DUTRA DE OLIVEIRA - SP265938  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUIZ GUSTAVO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ GUSTAVO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do *Writ* n. 2196464-02.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, pela prática, em tese, do crime previsto nos artigos 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o artigo 29 do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Nesta via, alega o impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o paciente encontra-se preso preventivamente há mais de um ano e dez meses sem que tenha ocorrido o término da instrução processual, aduzindo, ainda, que até o momento não foi pronunciado, configurando o excesso de prazo na prisão cautelar e violação ao princípio da razoável duração do processo.

Requer a concessão da ordem constitucional para que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do processo ou para que lhe sejam aplicadas as medidas diversas da prisão.

A liminar foi indeferida às fls. 282-284.

Informações prestadas às fls. 291-294 a 297-312.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 314-318, pela prejudicialidade do *writ*.

É o relatório.

Cumpre pontuar, inicialmente, que esta Corte Superior de Justiça não mais admite a utilização do *habeas corpus* em substituição ao recurso cabível, como ocorre na hipótese, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

No entanto, o alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Conforme informações colhidas da página eletrônica do Tribunal de origem, o paciente e demais acusados foram pronunciados em 23/11/2019, como incursos nos artigos 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o artigo 29 do Código Penal.

Nesse contexto, não se vislumbra, na espécie, manifesto constrangimento ilegal passível de ser sanado por este Superior Tribunal de Justiça, pois, com a prolação de sentença de pronúncia, a aventada ilegalidade ficou superada, nos termos do entendimento

consolidado no enunciado n. 21 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça:

*PRONUNCIADO O REU, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DO CONSTRANGIMENTO ILEGAL DA PRISÃO POR EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO.*

*(Súmula 21, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/12/1990, DJ 11/12/1990, p. 14873)*

Sobre o tema, leiam-se:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. SÚMULA N. 21/STJ. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO. COM RECOMENDAÇÃO.*

*[...]*

*II - Conforme extrai-se dos autos, verifica-se que a instrução já foi encerrada, tendo sido proferida sentença de pronúncia em desfavor do ora recorrente, razão pela qual fica superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, nos termos do enunciado n. 21 da Súmula deste Tribunal.*

*Recurso ordinário Desprovido. Expeça-se, contudo, recomendação ao eg. Tribunal a quo para que imprima a maior celeridade possível no julgamento do recorrente pelo Tribunal do Júri.*

*(RHC 114.019/AL, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 21/11/2019)*

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO NOVO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. RÉU PRONUNCIADO PELA SEGUNDA VEZ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 21 DO STJ. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI E REITERAÇÃO DELITIVA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO, COM RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE AO JUÍZO DE ORIGEM PARA O JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA.*

*[...]*

*4. Nos termos da Súmula n. 21/STJ, pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.*

*[...]*

*10. Habeas corpus não conhecido. Expeça-se, no entanto, recomendação ao Juízo da 3ª Vara do Júri do Foro Central da Comarca de Porto Alegre a fim de que se atribua a maior*

# Superior Tribunal de Justiça

*celeridade possível ao julgamento da ação penal do paciente.  
(HC 511.551/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA  
TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 18/11/2019)*

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO.  
PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA.  
SUPERVENIÊNCIA DE PRONÚNCIA. NEGATIVA DO APELO  
EM LIBERDADE. MESMOS FUNDAMENTOS DO DECRETO  
PREVENTIVO. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. ALEGADO  
EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPERADO.  
SÚMULA N. 21/STJ. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312  
DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM  
PÚBLICA. CIRCUNSTÂNCIAS DO EVENTO DELITUOSO.  
MODUS OPERANDI. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.  
IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA.  
RECLAMO DESPROVIDO.*

*1. Proferida a sentença de pronúncia, fica superada a alegação  
de excesso de prazo da prisão preventiva, nos termos da Súmula  
n. 21 desta Corte: "Pronunciado o réu, fica superada a alegação  
do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na  
instrução".*

*[...]*

*6. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.  
(RHC 106.096/BA, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado  
em 26/03/2019, DJe 08/04/2019)*

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente inadmissível, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não se conhece** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Após ciência do Ministério Público Federal, arquivem-se os autos.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator